

CORREIO CARIOCA

POR PAULA VIEIRA

Reprodução



Projeto do novo sistema aquaviário na Zona Sudoeste

Sistema aquaviário da Barra e Jacarepaguá vai sair do papel

A Prefeitura do Rio assinou, nesta semana, o contrato de concessão do transporte aquaviário de passageiros na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá. A empresa vencedora deve começar as obras pela Lagoa da Tijuca, com prazo de um ano para iniciar a operação, com cobrança de tarifas compatíveis com outros transportes municipais. O sistema terá cinco terminais, conectando as regiões do Metrô Jardim

Oceânico, Linha Amarela, Rio das Pedras, Muzema e Gardênia. A expectativa é atender uma demanda estimada de 81 mil passageiros por dia útil. O contrato no valor de R\$ 101 milhões terá duração de 25 anos. O presidente da Câmara, Carlo Caiado, comemorou a assinatura da concessão, lembrando que o projeto é esperado há mais de 10 anos e visa reduzir o trânsito e facilitar a mobilidade na região para milhares de pessoas.

MPF força ação por moradia no Rio

A Justiça determinou que União, Banco do Brasil e município do Rio garantam, em até seis meses, o direito à moradia de famílias prejudicadas por invasões no conjunto Vila Carioca, localizado na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. A decisão, atendendo pedido do

MPF, define funções para cada réu e exige plano de ações em 45 dias, com relatórios bimestrais, visando efetivar o Programa Minha Casa, Minha Vida e resolver a situação que persiste desde 2018, quando grupos criminosos expulsaram moradores e invadiram o local.

Beth Santos/Prefeitura do Rio



Ambulatório e enfermaria reformados e modernizados

Prefeitura reabre mais setores do Hospital do Andaraí

A Prefeitura do Rio reabriu, nesta quinta-feira (18), o ambulatório do 3º andar e a enfermaria do 10º andar do Hospital do Andaraí, totalmente reformados. O ambulatório, fechado por 14 anos, terá 21 consultórios e capacidade para 450 atendimentos diários em especialidades como ginecologia, cardiologia e gastroenterologia.

Já a enfermaria, desativada havia mais de 20 anos, passa a contar com 23 leitos. Desde a retomada da gestão pela Secretaria Municipal de Saúde, CTI e leitos foram ampliados, emergência reaberta e serviços de radioterapia iniciados, além da modernização de equipamentos essenciais para o atendimento dos pacientes.

UFRJ leiloa andares no Ventura

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou que vai realizar o leilão de 11 andares do Edifício Ventura, no Centro do Rio, totalizando 16,6 mil m². O evento acontece no dia 7 de novembro, às 14h, na B3, bolsa de valores em São Paulo, com lance mínimo de R\$ 251

milhões, pago por meio de obras para a universidade. O prédio abriga grandes empresas e parte das unidades pertencentes à UFRJ está ocupada temporariamente. O valor arrecadado será usado em reformas de salas de aula, laboratórios e restaurantes universitários.

R\$ 22 milhões negociados

No 2º Mutirão Estadual da Renegociação do Consumidor, promovido pela SEDCON e Procon-RJ em 12 cidades, 4.094 pessoas renegociaram dívidas, totalizando mais de R\$ 22 milhões em acordos. Bancos e concessionárias de serviços essenciais receberam a maior parte dos

pedidos. O percentual de acordos imediatos chegou a 61%, com descontos de até 100%. “Iniciativas como essa são fundamentais para ajudar o cidadão fluminense a sair do vermelho de forma rápida e segura”, disse Gutemberg Fonseca, secretário de Defesa do Consumidor.

MPF aponta ‘flagrante vícios constitucionais’ de PEC

Órgão diz que regras do projeto são de competência da União

Fernando Frazão/ABr



Pacote de Enfrentamento ao Crime foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio

O Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ) aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na quarta-feira (17), enfrenta contestações fora da Casa. Logo após a sessão legislativa, o Ministério Público Federal (MPF) divulgou parecer sobre “flagrante vício de inconstitucionalidade” em pontos centrais do texto de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Bacellar (União).

O documento, assinado pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Júlio José Araujo Junior, aponta que a Alerj “invadiu competência exclusiva da União” ao tratar de matérias ligadas ao direito penal. Entre elas, estão a proibição de visitas íntimas a presos condenados por crimes hediondos, a fixação de internação mínima de dois anos para adolescentes em atos graves e a criação de novas condições para as saídas temporárias dos presidiários.

Outro ponto mencionado é o “cerco eletrônico inteligente”, que prevê reconhecimento facial e georreferenciamento para monitorar egressos. De acordo com o parecer do MPF, o mecanismo pode ferir a Lei Geral de Proteção de Dados e “natu-

raliza práticas de vigilância que afetam de forma desproporcional jovens, negros e pobres”, além de gerar risco de prisões arbitrárias, como foi destacado pela deputada Dani Monteiro (Psol) em sessão plenária.

O procurador também criticou a tramitação em regime de urgência na Alerj e a instituição de cobrança de custos

prisoniais aos detentos com capacidade financeira, lembrando que a medida pode configurar “trabalho forçado” e violar a dignidade humana.

Apesar de 12 emendas aprovadas, o núcleo do pacote foi preservado e a proposta segue agora para sanção ou veto do governador Cláudio Castro (PL). Conforme publicado na

data de aprovação, o PEC-RJ estabelece a criação do Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente (SISCEI/RJ), restrição de visitas íntimas para condenados por crimes hediondos, cobrança parcial de custos carcerários, conforme a renda do preso, e a internação mínima de dois anos para adolescentes infratores por atos graves.

Marcos Muller fora da Alerj

TJ-RJ determinou o afastamento do deputado investigado

Alerj



Muller estava proibido de exercer cargos públicos desde 2023, mas voltou à Alerj em 2025

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) determinou o afastamento imediato do deputado estadual Marcos Muller (União) de suas funções na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). A decisão aconteceu na quinta-feira (18) e atende o pedido do Ministério Público, que ocorreu no dia anterior, apontando o descumprimento de medidas cautelares impostas ao parlamentar desde 2023.

Muller, que foi eleito suplente em 2022, é investigado por peculato, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa em um suposto esquema de “rachadinha” em seu gabinete. O processo tramita no Órgão Especial do TJ-RJ, devido ao direito de foro privilegiado do parlamentar, e envolve outros 12 réus. Proibido de assumir cargos públicos desde 2023, o deputado voltou à Alerj em 2025 por meio de habeas corpus.

Segundo a decisão do desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos, relator da ação penal, o deputado vinha participando normalmente de

sessões ordinárias da Alerj, mesmo após ter a liminar que o mantinha no cargo cassada em junho deste ano. O magistrado destacou que a livre atuação de Marcos Muller representa “flagrante descumprimento” da determinação da 3ª Vara Especializada em Organização Criminosa, que o proibia de assumir, tomar posse ou exercer cargos públicos.

Rio quer ser ‘cidade cripto’, diz Cavaliere

O vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere (PSD), confirmou que o município tem um planejamento específico para transformar a capital carioca em uma “cidade cripto” nos próximos anos. A declaração aconteceu durante a participação do vice-prefeito no Meridian 2025, evento da Stellar Development Foundation.

Na ocasião, Cavaliere disse que os brasileiros e cariocas estão abertos para receber empresas de tecnologia e afirmou que “se existe um lugar em que as stablecoins e a tecnologia blockchain poderão encontrar caminhos para avançar em conjunto com governos, com certeza é o Brasil e o Rio de Janeiro”.

De acordo com o vice-prefeito, o Rio é uma “cidade open

source” e os cariocas são reconhecidos pela rápida adesão às novas tecnologias. Por isso, a meta é tornar a capital carioca em uma “cidade cripto” e uma “cidade de IA”.

“No Brasil e no Rio, as pessoas adotam as tecnologias cedo. Temos o Pix, que se tornou gigantesco no país. Nós confiamos nas novas tecnologias e plataformas”, declarou Eduardo Cavaliere.

O vice-prefeito também adiantou sobre o plano em criação pelo município, ao dizer que terá medidas práticas para estimular a vinda de empresas do setor tecnológico para o Rio de Janeiro, por meio de condições para seus projetos tenham apoio e sejam desenvolvidos com segurança regulatória.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO

AVISO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF torna público aos interessados que realizará no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro (SIGA), endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO UENF Nº 021/2025
PROCESSO nº SEI-260002/003761/2025

TIPO: Menor Preço Global por lote

OBJETO: Prestação de serviços contínuos de copeiragem, com dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as necessidades da UENF.

VALOR ESTIMADO: R\$ 940.189,11 (Novecentos e quarenta mil, cento e oitenta e nove reais e onze centavos).

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/09/2025, às 17h00.

LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 03/10/2025, às 14h00.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: 03/10/2025, às 15h00, (horários de Brasília).

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no portal SIGA (www.compras.rj.gov.br), na página eletrônica da UENF (www.uenf.br) e no sítio do PNCP (www.pncp.gov.br/app/editais). Maiores informações pelo e-mail setlicit@uenf.br.